



PLANO DE ATIVIDADES E PROPOSTA DE ORÇAMENTO

2017

Janeiro de 2017

1.

Perspetiva Geral

Depois do processo eleitoral que marcou o ano de 2016, a reconduzida Direção Nacional pretende, em conformidade com o Programa aprovado em Assembleia Geral, consolidar em 2017 as linhas fundamentais que determinam o perfil da Liga para a Protecção da Natureza no contexto do movimento da sociedade civil com objetivos de salvaguarda e boa gestão dos recursos naturais ameaçados.

Por um lado, manter uma aposta reforçada na procura de recursos que aumentem com significado a intervenção da LPN na área da cidadania ambiental. Ou seja, através de maior número de ações junto de comunidades escolares e ou de cidadãos, também no universo dos trabalhadores e colaboradores de empresas, contribuir para que não apenas a alteração dos comportamentos individuais possibilitem a exigência de mudanças significativas no uso e consumo de recursos naturais mas também, através de uma consciencialização colectiva uma maior capacidade de intervenção na exigência de boas opções em matéria de políticas ambientais, designadamente, de políticas que promovam a sustentabilidade, os usos alternativos e a conservação, restauração ou usufruto sustentado da natureza e da biodiversidade.

Neste contexto as componentes de educação e sensibilização ambiental que se complementam com a formação no conhecimento e em boas práticas ambientais continuarão a ser uma opção insistente e progressiva.

A LPN tem significativo prestígio enquanto ONGA que, para além de uma importante intervenção cívica, investe recursos na conservação *in situ*, criando condições para melhorar o estatuto de ameaça de espécies e habitats, trabalho este feito em estreita cooperação com as comunidades humanas locais de forma que estas sejam, de forma duradoura e eficaz, gestoras ativas e conscientes da natureza.

Na sequência de apoios financeiros obtidos, em 2017 também ser possível alargar a intervenção da LPN na área da gestão dos recursos marinhos sobretudo nas componentes que mais definem a política de intervenção da LIGA, ou seja, a preservação e gestão de áreas marinhas protegidas e a melhoria das práticas de pesca artesanal.

Estes investimentos possibilitarão à LPN desenvolver na sua estrutura interna, com maior solidez e capacidade operativa, um departamento para os oceanos, seguindo a mesma opção estratégica que foi feita, no passado, com outras unidades de conservação da natureza na área terrestre.

O mesmo caminho vai ser traçado no que diz respeito às questões da floresta onde se pretende também capacitar a LPN para uma intervenção mais eficaz porque mais estruturada.

Em 2017 faremos uma séria aposta em aproximar os associados do trabalho da Associação e em promover a nossa missão junto da sociedade civil não apenas para ganhar visibilidade e angariar mais adesões mas igualmente para mobilizar mais recursos que possibilitem desenvolver o nosso trabalho, recursos estes que queremos cada vez mais venham diretamente do contributo dos cidadãos em forma de donativos

ou ações de mecenato. Algumas ações relativamente inovadoras serão realizadas neste domínio.

Solidária e seguindo a opção que a união faz a força, a LPN continuará a estar envolvida em todas as plataformas de cidadania que liderem o combate a erradas políticas ambientais ou políticas de cumplicidade com interesses divergentes dos da conservação e da sustentabilidade, insistindo para que a governação assuma integralmente os compromissos com que se engaja em acordos e tratados internacionais.

Estão neste caso as questões transversais e chave para a Natureza da mitigação e prevenção às alterações climáticas, o abandono progressivo das soluções de desenvolvimento assentes no uso dos hidrocarbonetos, a adoção de sustentadas alternativas de energia renovável que não sejam, simultaneamente degradadoras de recursos naturais como o são muitas vezes, as opções dos usos hídricos ou ainda a defesa e a promoção da biodiversidade.

Neste contexto a LPN procurará em 2017, tal como tem vindo a fazer nos últimos dois anos, incentivar nestas Plataformas e outros centros de convergência da intervenção cívica das ONGA a adoção de melhores métodos que garantam mais participação organizada e, sobretudo, mais eficiência de atuação.

Ainda neste ano dar-se-á início à preparação de um programa de comemoração dos 70 anos da LPN em 2018.

2.

Orientação e eixos estratégicos de intervenção

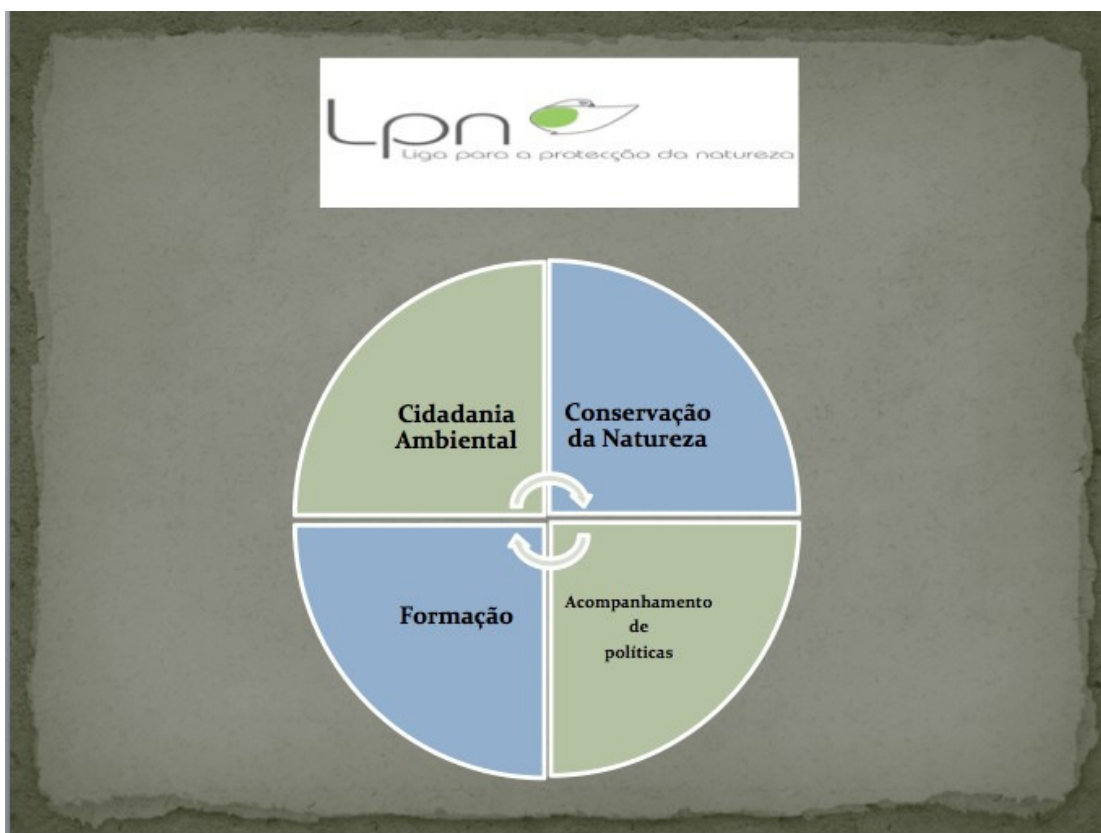
Continuando a aplicação do mandato aprovado no escrutínio de 2016 a Direção Nacional continuará os seus esforços de gestão visando consolidar os eixos estratégicos de intervenção da LIGA que têm orientado os investimentos e ações de intervenção e que têm mesmo caracterizado o percurso da LPN nos últimos anos.

Recorde-se que a matriz estratégica de intervenção da LPN incorpora as seguintes linhas de operação:

- a) Recrutar a atenção, sensibilidade e sentido de mobilização dos cidadãos, famílias e empresas, para serem cada vez mais atores efetivos da proteção da natureza e dos sistemas naturais que a constituem, através de ações e iniciativas de sensibilização ambiental privilegiando a parceria com organizações e instituições que desenvolvem a sua ação em outras áreas de conhecimento e outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

- b) Recrutar recursos de investimento, através de fundos públicos, donativos ou mecenato, em conservação da natureza *in situ* contribuindo diretamente para a gestão ativa de espécies e habitats com estatuto de proteção, promovendo nesta a parceria com instituições e empresas e integrando na sua ação associados, cidadãos e voluntários. Privilegiar neste contexto, uma intervenção de conservação que contribuirá para ser um dos suportes das atividades produtivas associadas à valoração dos territórios rurais com forte e regular tendência de desertificação.
- c) Partilhar conhecimento e transmitir experiências e vivências a cidadãos, técnicos e organizações através de ajustadas e qualificadas ações de formação de forma a contribuir para alterações de comportamento e ou adoção de práticas e metodologias mais compatíveis com o bom uso e salvaguarda dos recursos naturais.
- d) Fomentar a capacidade efetiva de obter resultados na atitude de contestação ou promoção de melhores práticas de desenho e gestão de políticas públicas que, direta ou indiretamente, têm impacto na conservação da natureza, através da convergência na ação das diferentes organizações não governamentais de ambiente.

Recorde-se, de forma esquemática, esta orientação estratégica.



3.

Atividades 2017

Eixo 1: Cidadania Ambiental

1.1 Educação Ambiental

1.1.1 Projeto Despertar para a Natureza

O projeto **Despertar para a Natureza** é um projeto de educação ambiental dirigido às escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Este projeto pretende despertar o interesse dos alunos para com a Natureza, através da promoção de saídas de campo e atividades ao ar livre, o que facilita a aprendizagem, o interesse, a compreensão e a aquisição de novas competências, sendo mesmo para muitos alunos, uma oportunidade de contacto com a natureza, o campo e o ambiente. Este projeto reforça o apoio aos professores e instituição de ensino na conceção de saídas de campo, desde a informação científica, à sugestão de atividades e percursos de carácter lúdico-pedagógico.

Para 2017 pretende-se que na fase piloto sejam criadas as ferramentas e conteúdos para a continuidade do projeto. Para o ano letivo de 2017/2018, pretende-se dinamizar e divulgar o projeto pelas escolas do país, acompanhando sempre técnica e cientificamente a criação de informação, metodologias de aprendizagem e guiões para as saídas de campo, que serão trocados entre as Escolas envolvidas através da criação de uma rede de apoio e de *networking*.

1.1.2 Projeto ECOs-Locais

O ECOs-Locais é um projeto de educação e cidadania ambiental, de âmbito nacional, que atua a nível local. Pretende incentivar uma participação mais ativa e informada do cidadão comum (jovens e adultos) na sociedade, contribuindo para uma maior sensibilização e participação na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Para 2017 pretende-se dinamizar e divulgar o projeto pela sociedade, dinamizando-se várias ECO-Ações abertas ao público em geral, tal como atualizar e melhorar os conteúdos do site, angariar apoios para a continuação do projeto e colaborar com instituições parceiras no alargamento do âmbito de atuação do projeto.

1.1.3 Programa de Educação Ambiental para escolas

Em 2017 a LPN terá, por ano letivo, um **Programa de Educação Ambiental (PEA)**, dedicado a áreas temáticas específicas, onde as escolas podem inscrever-se e participar, conforme o interesse e o objetivo delineado para cada nível de ensino. Em paralelo, será criado um trabalho de sensibilização junto dos professores de acordo com o PEA e com as várias atividades de educação ambiental promovidas ao longo dos projetos.

Para o ano letivo de 2016/ 2017 pretende-se dinamizar e divulgar as atividades junto do maior número de instituições de ensino e de associações de pais, procurando sempre que possível apoio junto das autarquias locais. Para o arranque do ano letivo de 2017/2018 pretende-se associar à divulgação do plano, uma campanha de sensibilização e formação junto dos professores, autarquias e associações de pais.

1.1.4 Projeto EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves

O EVOA tem por base uma parceria entre a Companhia das Lezírias, a LPN, a Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, o ICNB/Reserva Natural do Estuário do Tejo e a AQUAVES. O objetivo do projeto é salvaguardar os seus valores avifaunísticos, melhorar as suas condições de visitação e criar um modelo auto sustentado para a conservação da natureza

Em 2017 a LPN pretende participar e acompanhar ativamente, através da parceria, todo o desenvolvimento do projeto EVOA, tal como dinamizar e promover eventuais atividades em cooperação com o mesmo.

1.1.5 Colaboração com Fundação Benfica – projetos educativos

No âmbito do protocolo com a Fundação Benfica, assinado em novembro de 2015, a LPN irá apoiar na integração da Educação Ambiental nos projetos educativos da Fundação Benfica, incentivando a conservação da natureza e proteção do Ambiente.

1.1.6 Colaboração com a LX Filmes – Concurso de Vídeo Escolar

No âmbito da parceria com a LX Filmes, uma empresa produtora de filmes e documentários, nomeadamente de natureza, a LPN irá apoiar, a nível técnico e pedagógico, o desenvolvimento de um concurso de vídeo escolar, onde alunos e professores são convidados a realizarem curtas-metragens vídeo sobre o património natural e o desenvolvimento sustentável da região onde se inserem. Este concurso é dirigido ao 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário e em cada ano letivo é dirigido a áreas geográficas específicas, em sintonia com as áreas do projeto “Fronteira Selvagem”, séries de documentários de natureza.

1.1.7 Colaboração com Fundação de Serralves – Projeto Educação Ambiental

Espera-se que em 2017 se concretize uma parceria com a Fundação de Serralves no sentido de utilizar a metodologia e experiência do projeto Ecos-locais, aplicada a projeto de educação ambiental para escolas, apoiando na coordenação e implementação do mesmo.

Para as atividades de educação ambiental, a LPN continuará a dispor da colaboração e um professor destacado no quadro da cooperação com a Agência Portuguesa de Ambiente e do Ministério da Educação.

A LPN continuará ainda a desenvolver, em suporte aos programas e projetos de conservação da natureza que tem em curso, ações de educação ambiental em forte parceria com entidades locais e, desde logo as comunidade escolares, procurando despertar a atenção e a vontade de participação na conservação de espécies ou habitats objeto dos projetos.

1.2 Sensibilização Ambiental

1.2.1 Debates e Seminários

Os debates e os seminários são uma das principais formas de promoção da sensibilização ambiental, onde se incentiva a participação pública nas várias questões ambientais. Para 2017 pretende-se a continuação dos ciclos de **Conversas de Fim de Tarde sobre Ambiente em Serralves**, a promoção de ciclos de debate em parcerias com outras entidades, como a **Livraria Bulhosa** e a **Caixa Geral de Depósitos** onde se foquem temas considerados estratégicos e de relevância que surjam ao longo do ano. Em 2017, o tema privilegiado será “Agricultura, o Desenvolvimento Rural e a Conservação da Natureza”.

1.2.2 Ações de sensibilização

Em 2017 serão realizadas várias atividades pontuais de Sensibilização Ambiental, com a participação de alguns técnicos e voluntários da LPN, como a comemoração de dias temáticos, convites de escolas e entidades e divulgação do trabalho da LPN. Sempre que possível, será assegurada a participação em feiras e festivais que foquem temáticas associadas ao trabalho promovido pela LPN.

1.2.3 Atividades: Ciência Viva no Verão

A LPN, à semelhança dos últimos anos, pretende, em 2017, voltar a participar com a realização de algumas atividades no âmbito da Biologia no Verão, abertas ao público em diversos locais do país, associando-o aos vários programas e projetos a realizar ao longo do ano.

1.2.4 Turismo de Natureza

A LPN vai iniciar neste ano um projeto de estruturação de um **programa de turismo de natureza**, incluindo a atividade de observação de aves, tendo como base a sua unidade de educação e sensibilização ambiental de Castro Verde e o património de reservas para biodiversidade que a Associação possui.

Com este objetivo, vai preparar e apresentar a financiamento de incentivos públicos para operações e investimento em turismo de natureza, programa recentemente aberto, uma candidatura a qual conterà objetivos de fazer da LPN um operador qualificado, de prestígio e diferenciado em matéria de turismo de natureza e de animação atividades de turismo nesta área.

Esta candidatura envolverá para além das atividades e ações respetivas que lhe darão conteúdo uma perspetiva de capacitação estrutural e técnica do CEAVG para o turismo da natureza e o *birdwatching*. Para cofinanciamento da candidatura procurar-se-á mover a cooperação da autarquia e de empresas locais associadas à temática nas várias facetas de negócio.

Ainda na vertente do Turismo de Natureza e da promoção da sensibilização ambiental por esta privilegiada via, a LPN irá aprofundar a experiência que realizou em 2016 de parceria com uma empresa com o objetivo de estruturar ações de visitação a áreas da Rede Natura com base em concursos promovidos junto dos clientes. A experiência foi bastante bem sucedida e permitiu abrir perspetivas de repetição sustentada em outras áreas da Rede Natura.

1.2.5 Seminário: O Direito na Conservação da Natureza

Em cooperação com a MIRANDA & Associados, Sociedade de Advogados RL que tem patrocinado a LPN nos processos de contencioso ambiental e aconselhado a Liga em áreas diversas da sua vida, a LPN vai organizar um Seminário, inédito relativamente ao tema, sobre a forma como o Direito de Proteção da Natureza se aplica, ou não se aplica em Portugal. Será uma reflexão sobre o tema, a demonstração da sua relativa ineficácia e a identificação de iniciativas a desenvolver (legislativas, de operação ou outras). Recorde-se que a LPN, nos últimos dois anos, tem feito diligências junto dos Tribunais procurando que crimes contra a natureza, designadamente a morte provocada de espécies protegidas, não fiquem impunes (como é, infelizmente, regra corrente).

Eixo 2: Formação

2.1 Centro de Formação Ambiental - LPN

A LPN é uma Entidade Formadora Certificada pela DGERT (Direção-geral do Emprego e das Relações de Trabalho) em três áreas de formação estabelecidas pela CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação), 623 – Silvicultura e Caça; 852 – Ambientes Naturais e Vida Selvagem e 859 – Proteção do Ambiente (programas não classificados noutra área de formação). Toda a formação da LPN é apresentada anualmente no Plano Formativo LPN, onde se integram não só os cursos certificados, mas também workshops e ainda formações associadas a projetos e programas.

Em 2017, pretende-se alargar a atividade formativa da LPN a outros públicos e avaliar a possibilidade de angariar outras fontes de financiamento (financiamento comunitário), de forma independente ou através de parcerias, promovendo assim uma maior sustentabilidade da atividade formativa da LPN. Será ainda avaliada a possibilidade de certificar a formação da LPN a outras áreas de formação.

2.2 Formação para Professores

A LPN é uma entidade formadora acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua desde 9 de novembro de 2015, podendo assim dar formação creditada a professores.

Em 2017 pretende-se criar algumas ações de formação para professores adaptadas ao trabalho da LPN, integrando conteúdos e conhecimentos desenvolvidos no âmbito de projetos da LPN, tal como possibilitar uma articulação com o Programa de Educação Ambiental da LPN.

2.3 Voluntariado

No ano de 2017, será mantido o incentivo à intervenção e colaboração de voluntários nas atividades e ações da LPN, integrando os direitos e deveres dos mesmos e assegurando uma formação e orientação estruturada, para uma maior eficiência no cumprimento dos objetivos definidos. Um exemplo eloquente será a prossecução dos trabalhos no Jardim do edifício-sede, para os quais o contributo dos voluntários foi precioso. Será ainda avaliada a possibilidade de angariação de apoios ao voluntariado da LPN.

Eixo 3: Conservação da Natureza

3.1 Conservação de Espécies e Habitats Terrestres

3.1.1 Projeto LIFE SARAMUGO - Conservação do SARAMUGO na Bacia do Guadiana (Portugal)

Este Projeto pretende promover a conservação das populações de Saramugo em 3 sub-bacias do rio Guadiana (Xévorá, Ardila e Vascão), através da implementação de um conjunto de ações de gestão que visam a melhoria do estado de conservação do seu habitat, nos Sítios de Interesse Comunitário “Rio Guadiana”, “Moura/Barrancos” e “S. Mamede”. Com início em julho de 2014 e conclusão prevista para Janeiro de 2018, é coordenado pela LPN e tem como Beneficiários Associados a Universidade de Évora, a AQUALOGUS e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Como atividades específicas para 2017, destacam-se:

- Coordenação geral do projeto, incluindo a articulação com parceiros e a Comissão Europeia;
- Concretização dos protocolos de colaboração com os proprietários e produtores agropecuários;
- Implementação das medidas de gestão previstas nos protocolos:
 - (i) desassoreamento de um pego, (ii) proteção, recuperação da vegetação em 4km de linha de água, (iii) construção de, pelo menos, uma charca para abeberamento, (iv) instalação de proteções de pegos (7km) e instalação de equipamentos alternativos para abeberamento do gado;
- Realização de noventa ações de remoção de espécies piscícolas exóticas, entre julho e setembro;
- Instalação de, pelo menos, um de dois dispositivos automáticos de remoção de espécies exóticas de peixes;
- Concretização da rede de custódia do Saramugo;
- Dinamização da página internet e facebook do Projeto;
- Distribuição da segunda Newsletter do Projeto;
- Produção de um cartaz e um folheto do Projeto, assim como de uma exposição itinerante formada por dois *roll-ups*;
- Produção de um “Jogo da Glória”, um conto infantil, bem como de outros materiais de divulgação (autocolantes, *pins*, etc);
- Instalação de painéis informativos do Projeto em três lugares públicos;
- Realização de ações de educação ambiental em cerca de vinte e cinco turmas do pré-escolar ao secundário e de ações de sensibilização ambiental para o público em geral (e.g. passeios temáticos), assim como junto de pescadores e produtores agropecuários;
- Reuniões com associações de pescadores e de agricultores e elaboração de um manual de boas práticas;
- Reuniões com várias entidades no âmbito da constituição de um Grupo de Trabalho Multidisciplinar para Melhorar a Fiscalização.

3.1.2 Projeto LIFE Imperial - Conservação da Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) em Portugal

Este projeto pretende promover o aumento da população de águia-imperial-ibérica de forma a criar condições para consolidar o seu regresso e expansão em Portugal. O LIFE Imperial visa implementar um conjunto de ações que reduzam as ameaças à espécie, tais como a diminuição de habitat, a perturbação, a escassez de alimento, o envenenamento, o abate e a eletrocussão em linhas elétricas. O Projeto LIFE Imperial teve início em julho de 2014 e decorrerá até ao final de 2018, com intervenções previstas nas ZPE de “Castro Verde”, “Vale do Guadiana”, “Mourão/Moura/Barrancos” e “Tejo Internacional, Erges e Pônsul”. É coordenado pela LPN e conta com a participação dos seguintes beneficiários associados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Câmara Municipal de Castro Verde; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Guarda Nacional Republicana; EDP Distribuição – Energia S.A.; Sociedade Espanhola de Ornitologia (SEO/Birdlife) e TRAGSATEC S.A.

Para o ano de 2017 as atividades do Projeto LIFE serão as seguintes:

- Determinação da produtividade dos ninhos na área de intervenção do LIFE;
- Acompanhamento do despiste de casos de envenenamento na natureza;
- Desenvolvimento da Rede de Custódia;
- Promoção da gestão favorável para a conservação da espécie, nomeadamente com a assinatura de protocolos para implementação de medidas de boa gestão;
- Implementação de medidas de gestão de habitat;
- Controlo e vigilância de ameaças nos ninhos;
- Monitorização das medidas de minimização do impacte das linhas elétricas na espécie;
- Reforçar da eficácia de instrução de processos jurídicos através do grupo interdisciplinar e de formações para juizes e magistrados;
- Acompanhamento de processos judiciais de caso de envenenamento de espécies selvagens e outros;
- Publicação do conto infantil sobre a águia-imperial;
- Realização de sessões de apresentação do projeto nas áreas de intervenção do projeto;
- Desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental e sensibilização ambiental para a conservação da espécie.

3.1.3 Projeto LIFE Charcos – Conservação de Charcos Temporários na Costa Sudoeste de Portugal

O Projeto LIFE Charcos visa a conservação dos Charcos Temporários Mediterrânicos (habitat prioritário 3170 da Diretiva Habitats), que se encontram cada vez mais ameaçados devido à sua fragilidade ecológica e desconhecimento do seu valor natural. A área de intervenção é no Sítio de Importância Comunitária da “Costa Sudoeste” (parcialmente coincidente com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina). O projeto teve início em julho de 2013 e vai decorrer até Dezembro de 2017. É coordenado pela LPN e conta com a parceria de diversas instituições públicas e privadas, designadamente a Universidade de Évora, a Universidade do Algarve, a

Câmara Municipal de Odemira e a Associação de Beneficiários do Mira. Objetivos específicos para 2017.

Para 2017 as atividades previstas serão:

- Assegurar a coordenação global do projeto, a articulação entre os parceiros e o bom cumprimento das metas aprovadas pela Comissão Europeia;
- Dar continuidade à boa execução das medidas de gestão do habitat, nomeadamente a promoção da conectividade do habitat, o pastoreio adequado e a recuperação de um charco temporário para sensibilização, assegurando os devidos acordos de gestão com os proprietários;
- Promover a divulgação do Projeto e das suas ações, através da dinamização dos vários meios e formas de comunicação e sensibilização: website, página Facebook, newsletter, notas de imprensa, sessões públicas de divulgação, atividades de educação e sensibilização ambiental, elaboração e distribuição de materiais (brochura do projeto; autocolantes; pastas; cartazes; porta-chaves; T-shirts; conto infantil, guia de campo ilustrado, vídeo de divulgação do projeto e videojogos), e colocação de painéis informativos;
- Implementação do centro de visitação do charco didático e de rotas de observação;
- Assegurar a monitorização do impacte das ações de gestão, recuperação e restauro dos charcos, a conectividade dos habitats, o pastoreio extensivo e o banco de germoplasma;
- Monitorização do impacte socioeconómico do projeto;
- Implementação da Rede de Custódia;
- Preparação de um manual de boas práticas de gestão para os Charcos Temporários Mediterrânicos;
- Organização de Jornadas de Conservação de Charcos Temporários;
- Elaboração do Relatório para Leigos (*Layman's Report*);
- Elaboração do plano de manutenção After LIFE;
- Assegurar a boa conclusão do projeto.

3.1.4 Projeto Linhas Elétricas e Aves (Protocolo Avifauna)

Este projeto está integrado no Protocolo Avifauna, estabelecido em 2003, entre a EDP, o ICN (atual ICNF), a QUERCUS, a SPEA e a LPN (incluída desde 2013 na sequência do Projeto LIFE Estepárias). O projeto tem como objetivo principal assegurar linhas elétricas com impactes reduzidos na avifauna. Em 2016, foi assinado um novo protocolo, que estará em vigor até ao final de agosto de 2018. Este projeto engloba também o acompanhamento da LPN na CTALEA (Comissão Técnica de Acompanhamento Linhas Elétricas e Aves). Em 2017, a LPN é a ONGA responsável pela consolidação dos relatórios de progresso.

Para 2017 as atividades previstas serão:

- Acompanhamento das reuniões da CTALEA, incluindo a definição de prioridades de correções de linhas elétricas para 2018 e 2019;
- Elaborar a carta de risco de colisão da abetarda com linhas elétricas, o que envolverá:
 - ✓ Uma campanha junto dos proprietários e agricultores da ZPE de Castro Verde para aumentar a identificação de locais de maior probabilidade de colisão;
 - ✓ Efetuar levantamentos de campo em cerca de 80 km da ZPE de “Castro Verde” para identificar situações de colisão e levantamento de variáveis ambientais que permitam identificar os fatores que aumentam a probabilidade de colisão;
 - ✓ A realização de censos para identificar as áreas de maior probabilidade de ocorrência da espécie ao longo do ano;
- Contribuir para a avaliação da durabilidade dos diferentes tipos de equipamentos anti-colisão já implementados;
- Contribuir para a avaliação da eficácia dos sinalizadores BFB Espirais Duplos;
- Contribuir para a construção das bases de dados com os registos de mortalidade, linhas corrigidas e linhas monitorizadas;
- Elaborar relatórios de progresso com os resultados obtidos.

3.1.5 Programa de Conservação do Lince Ibérico

O Programa Lince, lançado em 2004, resulta de uma parceria entre a LPN e a *Fauna & Flora International* (FFI). O principal objetivo do Programa consiste na recuperação e manutenção a médio/longo prazo de um corredor de áreas prioritárias de habitat Mediterrânico adequadas para a conservação do lince-ibérico em Portugal, nomeadamente no Sul, trabalhando principalmente ao nível do *habitat* e das principais presas desta espécie, bem como na divulgação e sensibilização da população por todo o território nacional.

Para 2017 no seguimento do projeto LIFE-Natureza "Promoção do Habitat do Lince ibérico e do Abutre preto no Sudeste de Portugal", finalizado em Setembro de 2014, e de acordo com os compromissos existentes, manter-se-á a execução das seguintes tarefas de manutenção e monitorização:

- Continuação do fornecimento, monitorização e acompanhamento veterinário da Rede de Campos de Alimentação para Aves Necrófagas;
- Acompanhamento da implementação de corredores de habitat de lince ibérico em olivais;
- Monitorização de diversas ações de conservação implementadas, nomeadamente através de armadilhagem fotográfica e de visitas ao terreno;
- Monitorização e acompanhamento da nidificação de abutre preto na região Sudeste do Alentejo;
- Ações de educação e sensibilização ambiental e de disseminação de resultados;
- Manutenção dos contactos com as populações e agentes locais e regionais da área de intervenção do Programa Lince;
- Angariação de fundos e elaboração de candidaturas a projetos/financiamentos, e acompanhamento de processos de candidatura submetidos;

Caso venham a ser aprovados e/ou se consiga garantir o financiamento necessário para a sua execução, poder-se-á dar início à implementação do **projeto POCTEP Orniturismo**, assim como da candidatura feita aos **Grupos Operacionais do PDR2020 Operacionalização de soluções tendentes a diminuir o impacto da predação por lobo-ibérico**.

A LPN tem desenvolvido diversos esforços para recolher o apoio financeiro necessário a cofinanciar o **projeto RPAS, já provado pelo POSEUR**. Para esse efeito depositou um pedido de apoio ao Fundo Ambiental e também a uma empresa para melhorar as condições de financiamento das atividades do projeto. Caso estas iniciativas tenham sucesso dar-se-á início a este projeto que visa monitorizar espécies como o lince ibérico e a águia imperial ibérica através do uso da tecnologia inovadora, nesta área, em especial da conceção e construção de uma aeronave não tripulada desenvolvida especificamente para o efeito. O projeto tem a parceria da GNR e do ICNF.

Para além disso, a LPN manterá a sua atividade de representação em comissões e grupos de trabalho, nomeadamente na Comissão Executiva do Plano de Ação para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal e no Conselho Técnico e Científico da Herdade da Contenda.

3.1.6 Programa Castro Verde Sustentável

O Programa Castro Verde Sustentável (PCVS), iniciado em 1992, tem como objetivo principal a conservação do ecossistema estepário, nomeadamente das aves ameaçadas que lhe estão associadas. A área de intervenção está maioritariamente concentrada na Zona de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde, embora tenha projetos para a conservação dos habitats estepários que decorrem noutras ZPE alentejanas.

Entre as tarefas permanentes do PCVS estão:

- A gestão das seis Reservas da Biodiversidade (1812 hectares) das quais a LPN é proprietária no Concelho de Castro Verde, assegurando o estado de conservação adequado para as aves estepárias, através da manutenção da atividade agrícola, com a rotação de cereais e pousios.
- A gestão do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho (CEAVG), que funciona como delegação da LPN no Alentejo e como polo de atividades de educação e sensibilização ambiental, acolhimento de visitantes e promoção de turismo de natureza sustentável, é outra das tarefas do Programa Castro Verde.
- A execução dos projetos em curso (nomeadamente os Projetos LIFE Saramugo, LIFE Imperial e LIFE Charcos sedeados no CEAVG) e a apresentação de candidaturas a novos projetos para a promoção do desenvolvimento local sustentável e conservação da natureza e biodiversidade é outra das atividades previstas para 2017. Permanece igualmente como prioridade a articulação com entidades locais e a manutenção das parcerias, bem como, assegurar a continuidade das Medidas Agroambientais que mantém o estado de conservação favorável das estepes cerealíferas, sobretudo de Castro Verde. O acompanhamento da candidatura a Reserva da Biosfera da UNESCO será também uma das prioridades para 2017.

Elencam-se as atividades previstas para 2017:

- Assegurar a manutenção e gestão favorável das Reservas da Biodiversidade (incluindo processos jurídicos associados) e do CEAVG;
- Assegurar a eficiente articulação e o cumprimento dos compromissos mútuos com os agricultores comodatários das Reservas da Biodiversidade;
- Assegurar a manutenção do estado de conservação favorável do habitat estepário nas Reservas da Biodiversidade, mantendo a perturbação reduzida através da vigilância diária de forma a controlar a atividade turística não autorizada e a caça furtiva;
- Manter as parcerias locais estruturantes para o PCVS, designadamente com a CMCV, AACB e ICNF, entre outras;
- Assegurar os programas de monitorização de aves estepárias, nomeadamente da abetarda, do peneireiro-das-torres, do rolieiro, do sisão e do tartaranhão-caçador, na ZPE de “Castro Verde” e nas Reservas da Biodiversidade da LPN, estabelecendo e mantendo as parcerias necessárias com diversas instituições (ICNF, Universidades); entre estes são de destacar as comemorações dos vinte anos de contagens de primavera de abetarda;

- Assegurar a manutenção das instalações existentes no CEAVG para a realização de atividades e enquanto polo local da LPN (atualmente como posto de trabalho de quinze técnicos permanentes);
- Manter as condições e equipamentos de sensibilização ambiental e promover a sua dinamização;
- Dinamizar as atividades de educação e sensibilização ambiental disponíveis no CEAVG e as atividades de sensibilização previstas no âmbito do Protocolo de Colaboração com a CMCV (atividades para o público geral e para as escolas do Concelho de Castro Verde e o funcionamento ao público do CEAVG);
- Melhorar a divulgação das atividades desenvolvidas através do micro-site do PCVS/CEAVG que foi financiado pelo Projeto PRODER;
- Encontrar formas de dinamizar o ecoturismo e as atividades que lhe estão associadas;
- Definir uma estratégia para a revalorização do Monte Paraíso e procurar formas de financiamento para a sua revitalização;
- Acompanhar o processo de análise do Dossiê Formal de Candidatura de Castro Verde a Reserva da Biosfera ao Comité Português para o Programa MAB (O Homem e a Biosfera) da UNESCO, cuja resposta se prevê para junho de 2017. Tendo como entidades promotoras a Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco e a LPN, esta candidatura foi submetida pelo Governo de Portugal à UNESCO em setembro de 2016. Caso a candidatura seja aprovada será implementado o Conselho de Gestão, que integra um elemento da LPN, e deverá iniciar-se a implementação do Plano de Atividades propostos.
- Assegurar a boa execução dos seguintes projetos: (1) Projeto LIFE Charcos “Conservação dos Charcos Temporários Mediterrânicos na Costa Sudoeste de Portugal”; (2) Projeto EDP Avifauna (3) Projeto LIFE Saramugo “Conservação do Saramugo na Bacia do Guadiana Portugal”; (4) Projeto LIFE Imperial “Conservação da Água-imperial-ibérica em Portugal”.
- Assegurar a articulação com universidades e unidades de investigação científica;
- Assegurar o acompanhamento das representações em comissões, nomeadamente das relacionadas com o Desenvolvimento Rural (Estrutura Local de Apoio do Baixo Alentejo, ELA do Alentejo Central e ELA da Costa Sudoeste) e contribuir para a implementação dos respetivos Planos de Atividades;
- Propor e incentivar a aprovação do Plano de Ação para a Conservação de Aves Estepárias;
- Elaborar candidaturas para novos projetos a diferentes linhas de financiamento, nomeadamente aos fundos comunitários INTERREG/POCTEP, Portugal 2020 e PDR com enfoque na conservação das aves estepárias;
- Contribuir para a implementação do Projeto “RPAS - Ações de deteção no terreno de espécimes de lince-ibérico e aves necrófagas”, aprovado pelo POSEUR;
- Procurar financiadores junto de entidades nacionais e internacionais;
- Continuar a assegurar a divulgação das atividades, quer do Programa Castro Verde Sustentável, quer dos Projetos que decorrem associados a este programa.

3.2 Conservação dos Oceanos

3.2.1 Programa Marinho

Na sequência do investimento que foi feito nos anos anteriores a LPN desenhou um novo programa de conservação, desta vez na área da gestão da conservação dos recursos marinhos, retomando uma tradição de intervenção que a Associação tinha nesta área.

Este Programa tem como **visão** que os ecossistemas marinhos em Portugal conservam a sua biodiversidade única e sejam explorados por comunidades costeiras prósperas e integradas na gestão sustentável dos recursos marinhos.

Tem como **missão** a de contribuir para a conservação dos ecossistemas marinhos em Portugal, através da promoção de políticas para uma pesca sustentável e para o adequado ordenamento do espaço marítimo, particularmente das áreas marinhas protegidas, e através do desenvolvimento de estratégias eficazes de informação e sensibilização dos cidadãos.

O Programa assentará em duas **Áreas estratégicas**

1. Pescas (em articulação com a PONG-Pesca).
2. Áreas Marinhas Protegidas e Ordenamento do Espaço Marítimo

Para 2017 os objetivos e atividades previstas do programa marinho inserem-se no desenvolvimento dos projetos de investimento nesta área que a LPN tem a seu cargo. A saber:

3.2.1.1 Projeto de parceria com a *Seas at Risk* para acompanhamento dos trabalhos do Conselho Consultivo para as águas ocidentais austrais (CC.S).

Este projeto visa a integração das preocupações ambientais na implementação das políticas europeias da pesca, concretizada pela participação no CC.S. Atualmente as atividades da LPN (e das restantes ONGA deste CC) neste CC estão suspensas, devido a irregularidades na admissão de entidades que representam o setor das pescas e que foram aceites como representantes de “Outros Grupos de Interesse” (grupo de organizações que não representam o setor das pescas). Nos primeiros meses de 2017 será decidido se a LPN continua a ser membro do CC.Sul ou se irá abandoná-lo caso o problema atual não seja solucionado (decisão a tomar no seguimento do trabalho conjunto com as restantes ONGA do CC.S).

Caso se decida abandonar o CC.S, a LPN continuará a desenvolver trabalho junto do Governo Nacional e da Comissão Europeia, em articulação com as restantes ONGA do CC.S, de modo a que no futuro sejam implementados mecanismos eficazes que impeçam a ocorrência de situações como a referida acima.

Caso a LPN mantenha os seus trabalhos enquanto membro do CC.S., o técnico da LPN responsável por esta área irá a todas as reuniões dos grupos de trabalho “Pescas Tradicionais”, “Pelágico”, “Zonas VIII e IX” e respetivos grupos ad-hoc, do Comité Executivo e da Assembleia Geral. Pretende-se ter uma participação ativa em tarefas e

parcerias que decorram das reuniões do CC.S, assim como no levantamento de informação relevante e atualizada que possa servir como base sólida ao trabalho desenvolvido e às posições tomadas pelas ONG de ambiente.

3.2.1.2 Projeto “Film: “Ecological and Sustainable management of the shellfish harvesting on foot (EcoFilm_Shellfishing; 2016-1-PT01-KA202-022909)”

O projeto *EcoFilm_Shellfishing* teve início em 2 de novembro de 2016 e decorrerá até 1 de novembro de 2018 e é financiado ao abrigo do programa ERASMUS+ da União Europeia.

O objetivo central do projeto é criar um curso de formação, em suporte audiovisual, que permita a qualificação dos profissionais de apanha de bivalves para o desenvolvimento da sua atividade profissional de forma sustentável. Os conteúdos formativos serão integrados num suporte audiovisual que possa ser utilizado futuramente em Portugal e noutros países.

A LPN lidera uma parceria que conta ainda com:

- FUNDACIÓN PARA LA PESCA Y MARISQUEO –FUNDAMAR – Vigo, Espanha
- SGS TECNOS – Paterna (Valencia), Espanha
- M.A.R.E. SOC. COOP. A R.L. – Cattolica (RN), Itália
- Recep Tayyip Erdogan Universitesi - Rize, Turquia

As atividades previstas para 2017 serão:

- Gestão do projeto;
- Desenvolvimento da identidade visual do projeto (logotipo, website, materiais de divulgação);
- Criação de bases de dados de *stakeholders* e utilizadores finais do projeto;
- Elaboração de relatórios de caracterização da atividade em Portugal e dos seus respetivos impactes ambientais;
- Identificação dos principais problemas ambientais;
- Elaboração de um manual de procedimentos que permitam aos profissionais do setor identificar e avaliar os principais impactes associados ao desenvolvimento da sua atividade profissional em condições reais, anormais e de emergência;
- Identificação das necessidades de adaptação do curso de formação desenvolvido anteriormente pela FUNDAMAR, que servirá de base ao curso a desenvolver neste projeto;

3.2.1.3 Projeto “Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina” (MARSW; POSEUR- POSEUR-03-2215-FC-000046)

O projeto MARSW irá desenvolver um sistema de informação e monitorização da biodiversidade marinha, na área marinha do PNSACV e SIC Costa Sudoeste, que permitirão monitorizar o estado de conservação das espécies e habitats que aí ocorrem. O resultado final será um Geoportal (SIMARSW) e modelos de monitorização que serão uma base forte de informação para uma gestão e conservação adequadas e a longo prazo.

O projeto tem início previsto para Fevereiro de 2017 e terá a duração de trinta e seis meses.

Para 2017 estão previstas as seguintes atividades:

- Gestão do Projeto;
- Contratação dos serviços de Consultoria Científica (concurso público) e início dos trabalhos de caracterização da situação de referência e recolha de informação para criação do Geoportal e sistema de indicadores;
- Contratação da empresa para levantamento da cartografia física dos Fundos Marinhos do SIC;
- Contratação da empresa para desenvolvimento de um Geoportal;
- Desenvolvimento da identidade corporativa do projeto;
- Desenvolvimento do *website*;
- Desenvolvimento e publicação de uma *newsletter*;
- Início da preparação dos materiais de comunicação e divulgação em escolas e noutros contextos

3.2.1.4 Projeto “Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas da Arrábida” (INFORBIOMARES; POEUR- POEUR-03-2215-FC-000047)

O projeto INFORBIOMARES tem por objetivo organizar um sistema de informação e monitorização (SIM) que permita responder às necessidades de avaliação da conservação e medidas de gestão e ordenamento da biodiversidade na área marinha protegida do Parque Natural da Arrábida (Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha). Este SIM será uma ferramenta de apoio à avaliação continuada do estado de conservação de espécies e habitats classificados.

O projeto tem início previsto para Fevereiro de 2017 e terá a duração de trinta e seis meses.

Para 2017 estão previstos os seguintes objetivos específicos, no âmbito do projeto:

- Gestão do Projeto;
- Contratação dos serviços de Consultoria Científica (concurso público) e início dos trabalhos de caracterização da situação de referência, criação de base de dados para o *Geoportal* e do Sistema de Indicadores;
- Contratação da empresa para desenvolvimento de um *Geoportal*;
- Desenvolvimento da identidade corporativa do projeto;
- Desenvolvimento do *website*;
- Desenvolvimento e publicação de uma *newsletter*;
- Início da preparação dos materiais de comunicação (e.g. conteúdos para exposição no Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida).

3.2.2 Outras atividades previstas

3.2.2.1 Participação ativa nas ações da Plataforma de ONG portuguesas sobre a pesca (PONG-Pesca)

Pretende-se colaborar ativamente nas iniciativas da PONG-Pesca, tais como eventos públicos, elaboração de pareceres e posições relativas às políticas em debate para o mar e na co-representação desta plataforma nas iniciativas e parcerias para as quais seja solicitada. Pretende-se ter uma ação interventiva na área das pescas e do mar, no âmbito desta plataforma.

3.2.2.2 Acompanhamento das políticas de conservação e ordenamento do meio marinho

Pretende-se acompanhar a implementação das políticas de conservação e gestão sustentável do meio marinho, nomeadamente da implementação Rede Natura 2000 no mar.

Constituí objetivo específico de trabalho o desenvolvimento de diligências junto dos organismos do Estado, de modo a promover a implementação de medidas concretas para a gestão e monitorização das áreas marinhas já designadas e a constituição de grupos de trabalho que possam articular as áreas existentes com a criação de novas zonas que em conjunto possam por sua vez constituir uma rede coerente e eficaz de áreas de conservação dos ecossistemas marinhos da costa portuguesa. Estas ações serão organizadas em parceria com a Seas at Risk e outras ONGA nacionais.

Pretende-se também acompanhar os processos inerentes ao desenvolvimento e implementação da legislação relativa ao ordenamento do espaço marítimo, nomeadamente nos aspetos relacionados com a conservação do meio marinho e dos seus valores naturais.

No âmbito deste objetivo está prevista a organização de eventos de informação e debate para o público em geral e a continuação da participação no Grupo do Mar (Parque Marinho Professor Luiz Saldanha).

3.2.2.3 Desenvolvimento de ações que promovam um consumo e a pesca sustentáveis

Está prevista a criação de projetos e ações que visem a sensibilização e informação da comunidade em geral, nomeadamente a atualização e reabilitação do *site* da LPN **Que Peixe Comer**.

No âmbito deste objetivo pretende-se ainda manter o acompanhamento do projeto **Cabaz do Peixe**.

3.2.2.4 Participação ativa na divulgação e criação de conteúdos na área do mar

Participação ativa no desenvolvimento de conteúdos sobre as temáticas que forem sendo abordadas, para divulgação no *site* e na *newsletter* da LPN, entre outros meios de comunicação.

Neste âmbito, será ainda dado um acompanhamento ao Centro de Formação e Educação Ambiental da LPN, na criação de cursos e *workshops* sobre temáticas relacionadas com o meio marinho.

3.2.2.5 Desenvolvimento de projetos (Financiamento)

O desenvolvimento de candidaturas a projetos e outros meios de financiamento será novamente uma prioridade para 2017. Pretende-se assim aumentar a capacidade de ação na área do mar, quer em termos financeiros quer em termos de recursos humanos. Assim, serão elaboradas propostas de projetos e estabelecidas parcerias que possam trazer financiamento de suporte às atividades acima referidas e ao desenvolvimento dos trabalhos do ano seguinte (2018). Estão também a ser planeadas propostas que deverão ser submetidas ao Programa Mar 2020 (Fundo Europeu para as Pescas).

3.2.2.6 Participação no Conselho Consultivo de Aquacultura

A LPN irá participar nas reuniões do Conselho Consultivo de Aquacultura e desenvolver o trabalho necessário à ação eficiente dos grupos de trabalho.

3.3 Conservação das Florestas

3.3.1 Programa Florestas

A LPN tem largas raízes nas questões da gestão sustentável das florestas e sistemas agro-florestais mas, nos últimos anos, tem sido relativamente incipiente a sua intervenção nestes domínios, saldando-se mais por posições públicas do que por atividades de conservação ou de congregação de esforços com outras entidades para incrementar projetos e iniciativas de conservação.

Acresce que a LPN é detentora de uma propriedade de natureza florestal a qual deverá mobilizar para efeitos de demonstração de boas e sustentadas práticas silvícolas.

Estes argumentos justificam-se os esforços que tem vindo a ser feito para criação e um **Programa Florestas**. Em 2015 procurou-se obter apoio financeiro, com um horizonte razoável e uma estabilidade adequada, para iniciar o programa com base na Quinta da Moenda e a parceria da Câmara de Vila Nova de Poiares e de outras colectividades e instituições locais. Todavia, devido a dificuldades a que somos alheios apesar dos princípios de acordo estabelecidos com um parceiro financiador apenas no final de 2016 foi possível concretizar um protocolo que delimitasse as áreas de intervenção e as atividades prioritárias.

Em 2017 arrancaremos definitivamente com o **Programa Florestas** o que pressupõe duas áreas de intervenção:

3.3.1.1 Projeto Mata Modelo Quinta da Moenda

Este projeto visa, simultaneamente a requalificação da Quinta da Moeda, a gestão ativa dos seus habitats e o lançamento de uma iniciativa de valoração dos sistemas naturais arbóreos, arbustivos, herbáceos e ripícolas existentes da Quinta. Inclui ainda a preparação e o desenvolvimento de atividades de educação e sensibilização ambiental com base na dotação da Quinta de estruturas de visita e do uso das suas infraestruturas que se pretendem requalificar no futuro para virem a constituir uma unidade de disseminação de conhecimento e de boas práticas de gestão florestal de florestas autóctones.

O projeto vai possibilitar ainda o arranque do investimento em capacitação técnica própria da LPN.

3.3.1.2 Projeto Animação e Sensibilização Ambiental na Mata de Monsanto

Fruto da parceria que se prevê estabelecer entre a Câmara de Lisboa e uma empresa financiadora está previsto em 2017 arrancar com algumas atividades que visam incrementar a informação e sensibilização para os valores naturais e a floresta de Monsanto, dando corpo a uma atividade de assessoria da LPN à animação cívica ambiental deste importante espaço verde da cidade.

Eixo 4: Acompanhamento de Políticas

Um importante papel desempenhado pela LPN é a sua intervenção no acompanhamento das políticas públicas nacionais e comunitárias relativas à área ambiental e particularmente à conservação da natureza e da biodiversidade.

Em 2017, continuaremos a nossa intervenção ativa nos diferentes *fora* que mobilizem a sociedade civil para a exigência de políticas ambientais mais ajustadas, mais eficazes e com mais recursos, destacando a importância das questões ligadas à conservação da natureza e da biodiversidade.

Quer no âmbito da Coligação C6, quer no quadro da Confederação das Associações de Defesa do Ambiente a LPN procurará ser motor de iniciativas comuns de *lobbying* e *advocacy* ativas procurando contrariar um sentido degressivo de proteção da natureza que parece ser a opção da atual equipa governativa.

A LPN insistirá na adoção de posições comuns e de ações convergentes de mobilização em áreas críticas para a conservação, como sejam, a gestão das Áreas Protegidas, o Ordenamento do Território, o financiamento da conservação da natureza e a capacitação do estado nesta área.

A LPN continuará a dar apoio a várias Plataformas, de forma mais envolvida ou com o patrocínio da sua adesão, em áreas como o combate às alterações climáticas, à extração de hidrocarbonetos, à cumplicidade de exploração de equipamentos de energia nuclear junto à nossa fronteira e ou a perda de biodiversidade, seja na área da manipulação genética, seja na adoção de políticas lesivas da conservação e proteção dos recursos naturais.

Sempre que os recursos o possibilitem a LPN não deixará de intervir na defesa do ambiente ajudando cidadãos ou organizações na denúncia de situações de violação ou agressão à natureza, privilegiando, naturalmente, aquelas que melhor se inscrevem no que é o perfil de intervenção e especialização da LIGA e por forma a garantir maior eficácia de resultados dessa sua participação.

4.

Gestão e Acompanhamento

Todo a atividade da associação, sobretudo a sua eficácia e possibilidade de contribuir para dar-lhe mais consistência e durabilidade depende muito do empenho na gestão e na adoção das melhores práticas nesta matéria.

Em 2017, consolidaremos a opção já tomada de ter um **Secretário Executivo**, adaptando o seu estatuto de funções e remuneração. A opção revelou-se adequada tendo em conta a dimensão da LPN, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de projetos e atividades, quer ainda no que se refere ao envolvimento financeiro, exigindo uma gestão diária profissionalizada em estreita ligação e com a confiança total da Direção.

Em 2017, na sequência da iniciativa tomada no último trimestre de 2016, reforçar-se-á a componente de *fundraising* no quadro da parceria estabelecida com uma agência de comunicação a qual tem possibilitado a promoção da missão da LPN (e dos seus projetos e iniciativas) junto das empresas e de outras instituições. Esta parceria envolverá também a melhoria dos suportes de comunicação da LPN, designadamente a gestão do **PORTAL** e do **FACEBOOK** e ainda a recuperação do periódico **LIBERNE** cujo primeiro número de reaparição se prevê para Maio de 2017.

Neste contexto de aumentar a recolha de fundos para a conservação a LPN, em parceria estreita com a FAUNA & FLORA INTERNATIONAL vai organizar em maio um **Jantar de Gala** para apoio à conservação da natureza, cuja organização será suportada por uma campanha de promoção e envolvimento de algumas figuras públicas da sociedade portuguesa. A organização do Jantar vai ainda contar com *sponsorização* específica por forma a maximizar os proveitos do evento.

5.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

DESPESAS PREVISIONAIS		RECEITAS PREVISIONAIS	
RUBRICA	VALORES (euros)	RUBRICA	VALORES (euros)
RECURSOS HUMANOS	525 325.39	QUOTAS DE ASSOCIADOS	20 000.00
SEDE	79 961.28	CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL	26 450.00
CEFA	40 114.11	MECENATO	195 000.00
DELEGAÇÃO CASTRO VERDE	405 250.00	OUTROS DONATIVOS	11 000.00
DESLOCAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	11 393.10	PARCERIAS	90 597.59
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (1)	463 042.50	REEMBOLSOS DE DESLOCAÇÕES	6 440.00
FORMADORES E MONITORES	8 487.00	RENDAS	83 580.00
OUTRAS	9 355.50	FUNDOS DE FINANCIAMENTO	484 969.94
JANTAR DE RECOLHA DE FUNDOS	15 000.00	FUNDO AMBIENTAL	55 000.00
INVESTIMENTOS PROJECTOS CV	430 200.00	OUTRAS RECEITAS	46 800.00
DESPESAS CORRENTES (2)	12 618.00	JANTAR DE RECOLHA DE FUNDOS	35 000.00
DESPESAS BANCÁRIAS	150.00	SPONSORIZAÇÃO ESPECÍFICA	10 000.00
IMPOSTOS (3)	266.68	IFAP	1 800.00
MANUTENÇÃO DE VIATURAS	1 008.53		
QUOTAS DE ASSOCIAÇÕES (4)	1 868.00		
SEGUROS (5)	3 408.00		
TOTAL	1 019 080.20		1 020 107.53
		SALDO	1 027.33

1) Contabilidade, rendas, *renting*, contencioso, formadores, especialistas, outras aquisições de serviços

2) Água, electricidade, comunicações, correio e consumíveis actividades educação e formação

3) imposto de selo, taxas municipais, impostos veículos

4) filiações da LPN em organizações internacionais e nacionais

5) Inclui seguros com as actividades de educação e formação

Lisboa, 20 de janeiro de 2017